

A “CIDADE-MODELO” TAMBÉM PRECISA DE REGULARIZAÇÃO URBANA

Assinado pela então prefeita em exercício Mírian Gonçalves, decreto de desapropriação beneficiaria 1300 famílias que vivem em Ocupações na CIC. Apesar do mito da cidade-modelo, Curitiba tem cerca de 250 áreas irregulares, onde moram ao menos 10% de seus habitantes.

***Paulo Bearzoti Filho** – da Coordenação do MPM – Movimento Popular por Moradia

Em 2 de dezembro de 2016, durante viagem de Gustavo Fruet ao México, a prefeita em exercício de Curitiba, Mirian Gonçalves, valendo-se de suas atribuições legais, assinou três medidas administrativas. Uma delas – o decreto 1239 – declarou “de utilidade pública para fins de desapropriação” uma área de 210 mil m², na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), destinando-a “a programa habitacional para população de baixa renda” e beneficiando diretamente cerca de 1300 famílias das Ocupações Nova Primavera, Tiradentes e Dona Cida (além da Ocupação 29 de Março, localizada em imóvel da prefeitura).

Justa e juridicamente perfeita, a iniciativa, entretanto, suscitou considerável debate. O jornalista, Celso Nascimento, por exemplo, exprimindo-se em termos deselegantes que não lhe são usuais, sugeriu que fosse motivada pela vontade de “entrar em choque” com o prefeito Fruet¹. O então secretário de Governo, Ricardo Mac Donald, foi além e afirmou que o decreto não possuiria “validade”, não teria tramitado “de forma adequada” e, como não foi publicado no Diário Oficial, simplesmente não existiria “no mundo jurídico”².

Ambos os críticos desviavam-se, no entanto, dos aspectos fundamentais da questão. Desconsideraram a relevância social da medida, que conferia certa estabilidade jurídica a centenas de famílias bastante pobres que lutam pelo direito, elementar e constitucional, à moradia digna. E se esqueceram de que a falta de publicação no Diário Oficial decorreu de procedimento no mínimo discutível, uma vez que a assinatura de norma desse tipo não deveria abrir a possibilidade de que fosse ou não publicada.

Seja como for, o prefeito Gustavo Fruet, regressando de viagem, não se decidiu pela edição do decreto. Alegou que não desejava deixar despesas para a administração seguinte e manteve a decisão do secretário Mac Donald.

Entre as pessoas beneficiadas pelo decreto, porém, o entusiasmo não poderia ter sido maior. Ao menos naqueles dias, a iniciativa transmitiu ânimo e confiança a diaristas, cozinheiras, vigias, pedreiros, coletores de material reciclável que, com suas filhas e filhos, vivem nas Ocupações Nova Primavera, 29 de Março, Tiradentes e Dona Cida, comunidades da CIC surgidas durante a gestão Fruet e apoiadas pelo Movimento Popular por Moradia (MPM), organização vinculada ao MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto).

Mas, afinal, como surgem essas ocupações? Por que tantas pessoas moram em habitações precárias, sem asfalto, sem água e luz regularizadas? Por que é importante regularizar essas áreas?

A CIC e a moradia popular

Implantada em 1973, a CIC constituiu a base econômica do plano que viabilizou o maior mito urbanístico brasileiro, o mito da “cidade-modelo” de Curitiba.

Basicamente, o poder público estadual e o municipal incentivaram, por meio de subsídios variados (menor tributação, facilidade para aquisição de terrenos, implantação de infraestrutura), a instalação de indústrias na região oeste de Curitiba e no município vizinho de Araucária. Em boa medida, o “aval” econômico para a viabilidade da CIC foi conferido pela

Petrobras, em 1971, quando se decidiu pela construção, em Araucária, da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), inaugurada em 1977 pelo presidente Ernesto Geisel.

De maneira geral, contudo, os planejadores da CIC não “previram” adequadamente as regiões de moradia para os muitos milhares de trabalhadores que seriam atraídos pelo processo de concentração industrial na Região Metropolitana de Curitiba. O próprio zoneamento de 1981, previa que apenas 15% do território da CIC se destinaria à habitação.

Sem dúvida, desde o final da década de 1960, a Cohab implantou conjuntos residenciais na região (16.403 entre 1967 e 1990³). O empenho, entretanto, não foi suficiente, tendo em vista o intenso fluxo migratório, sobretudo após a crise agrícola resultante da grande geada de 1975. Registre-se, a bem da verdade, que o Plano Preliminar de Urbanismo (PPU), de 1965⁴, destinava uma grande área para habitação predominantemente popular, localizada entre o centro e a CIC. Mas foi nessa região que, a partir dos anos 1980, veio a instalar-se o bairro celebrizado pelo apelido de Ecoville, o mais elitizado e “valorizado” de toda a cidade-modelo.

O resultado, como seria de esperar, é que a enorme dificuldade de moradia teve como contrapartida e instrumento de resistência as ocupações urbanas populares, principalmente nas margens dos grandes rios da cidade, como o Barigui e o Belém. Embora os dados geralmente apresentem lacunas e imprecisões, estima-se que, em 2013, ao menos 170 mil curitibanos e curitibanos viviam em “favelas, loteamentos clandestinos ou assentamentos que aguardam regularização”.

A distribuição dessas áreas, no entanto, é bastante desigual. Na Regional Matriz, apenas 0,4% da população se encontra nessa situação, a maior parte na Vila Torres. Já na CIC, o total beira um quarto dos moradores, o que equivale a mais de 10 mil domicílios e 40 mil pessoas. Ainda em 2016, a Cohab estimava que Curitiba ostenta 257 áreas “passíveis de regularização”⁵.

Seus nomes às vezes registram o local da ocupação, como as Vilas Barigui e Sabará. Outras vezes testemunham a inabalável fé da população em seu direito à vida digna, como as Vilas Verde, Nova Conquista, Esperança e Eldorado.

Descaso e oportunismo político

A falta de regularização fundiária traz consequências sociais e políticas bastante relevantes, quando não francamente drásticas.

Como a área irregular resulta do que em geral se denomina uma “invasão” ou um “loteamento clandestino”, o poder público, por regra, isenta-se de responsabilidade maior com relação às obras e melhorias de infraestrutura. É como se dissessem: “Quem mandou invadir? Agora que invadiram, não esperem que a Prefeitura vá trabalhar por vocês”.

Mas há também um notável efeito “político”. Como a área é irregular e, portanto, passível de desocupação, seus moradores e moradoras se veem como que obrigados a recorrer a recorrentes “favores” políticos e eleitorais, expressos num discurso do tipo: “Votem em nós para que não haja despejo!”. E dois anos mais tarde: “Agora, votem em nós para que a luz seja instalada”. E depois a água, o asfalto...

Logo, conquanto bastante negativa em termos de cidadania e mesmo prejudicial para as finanças públicas (que deixam de arrecadar taxas e impostos), a instabilidade de milhares de vilas da periferia das grandes cidades brasileiras não deixa de trazer “dividendos eleitorais” à custa da vulnerabilidade social de seus ocupantes, o que, ao menos em parte, explica por que permanecem eternamente irregulares.

Ocupações recentes em Curitiba

A gestão de Gustavo Fruet empreendeu alguns processos de regularização fundiária que, embora incompletos e menos efetivos do que a propaganda da Prefeitura faz crer, beneficiaram milhares de famílias, por exemplo, na Vila Verde e no Xapinhal. Do mesmo modo, associando-se ao Programa Minha Casa Minha Vida, dos governos Lula e Dilma, pôde entregar um número comparativamente elevado de unidades habitacionais (embora relativamente poucas para faixa mais baixa de renda da “fila da Cohab”).

Apesar disso, os últimos quatro anos também foram marcados pelo surgimento ou ampliação de várias ocupações urbanas, em bairros como a Caximba e a CIC.

Em abril de 2015, por exemplo, em área contígua ao Aterro Sanitário da Essencis, iniciou-se a Ocupação Tiradentes. Apesar de várias medidas judiciais, a comunidade tem permanecido e crescido. Já em maio de 2015 atingia a casa de 400 moradias.

Tal processo tem sido estimulado não apenas pelas deficiências históricas do planejamento habitacional, mas também pelo agravamento da crise econômica. Note-se, por exemplo, que, entre outubro de 2014 e outubro de 2015, a indústria paranaense demitiu 43 mil trabalhadoras e trabalhadores (63% do total de dispensas, contra 40% da média nacional). Em Curitiba e Região, houve demissões expressivas, como as 206 na Volvo, as 270 na New Holland, 200 na Caterpillar, 470 na Renault⁶.

A inflação, além disso, esteve em espiral ascendente. Em setembro de 2015, Curitiba registrou a maior alta de preços entre todas as capitais pesquisadas pelo IBGE, atingindo 11,06% no IPCA dos 12 meses anteriores (ante 9,53% da média nacional). Nas classes trabalhadoras, o aumento foi ainda maior. Em outubro de 2015, a inflação anualizada do INPC, índice que contempla a faixa de renda até cinco salários mínimos, atingiu 12,25%. Entre outros fatores, a alta foi impulsionada justamente pelo custo da moradia, que inclui não somente o aluguel, mas também tarifas como água e energia elétrica (esta última subiu nada menos que 55% em 2015)⁷.

Coragem e coerência para regularização urbana

Neste cenário e tendo em vista os vários aspectos políticos e sociais debatidos neste texto, pensamos que o decreto de desapropriação assinado pela prefeita em exercício Mirian Gonçalves em dezembro de 2016 constituiu uma iniciativa tanto politicamente corajosa quanto administrativamente coerente e necessária.

O fato é que, sem certa dose de ousadia, o problema das áreas urbanas irregulares simplesmente não terá qualquer desfecho satisfatório nem mesmo em décadas, pois mesmo os programas mais bem realizados têm-se mostrado mais lentos que o ritmo de novas ocupações.

Apesar disso, o prefeito Gustavo Fruet e o secretário Mac Donald não quiseram deixar essa notícia no final de seu mandato. Alegaram uma superior "responsabilidade" que, entretanto, não impediu a sua administração de assinar, em 21 e 26 de dezembro de 2016, os decretos 1342 e 1343 que, segundo a *Gazeta do Povo*, fariam com que a "CAP S/A – sociedade de propósito específico criada para gerir as obras da Arena da Baixada" conseguisse "quitar sua dívida com a Agência de Fomento do Paraná" por meio da transferência de "parte dos títulos de potencial construtivo ao Fundo de Desenvolvimento Econômico (FEE), ligado à Fomento Paraná", de modo que "a execução da dívida do Atlético com a Fomento Paraná, que está em execução, será quitada"⁸.

Medida, como se vê, no mínimo controversa, tanto que viria a ser questionada pelo Tribunal de Contas do Paraná que, em 17 de janeiro de 2017, suspendeu liminarmente aquilo que considerou "transação ocorrida no recesso deste Tribunal de Contas, sem informação nenhuma nos autos, no término da gestão municipal e, principalmente, com vultosos valores envolvidos"⁹.

Em acato à resolução do Tribunal de Contas, o prefeito Rafael Greca revogou, alguns dias depois, os polêmicos decretos.

Sobre o decreto 1239, porém, ainda não se manifestou. A medida está lá, no mesmo "limbo" em que o prefeito anterior a deixou. Não foi publicada, mas também não foi revogada.

Quem sabe o prefeito Greca não teria o ato de desprendimento e iniciativa política que faltou ao gestor que o antecedeu?

Como estímulo, voltaremos, nos próximos artigos, a argumentar favoravelmente à regularização fundiária, a narrar um pouco da vida difícil e lutadoras das ocupações urbanas, a debater propostas que aproximem os movimentos sociais e a gestão das grandes cidades, em sintonia com o projeto nacional, democrático e popular que desejamos para o Brasil.

¹ *Gazeta do Povo*, 12/12/2016, disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/colunistas/celso-nascimento/uma-vice-do-barulho-4fw89g0gvxw1tgnqq4cz9nqp3>.

² *Gazeta do Povo*, 06/12/2016, disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/secretario-de-fruet-diz-que-decretos-de-vice-prefeita-nao-tem-validade-55czbccrts2ebu1t79ttcofcg>.

³ Para este e outros dados demográficos e habitacionais relativo à CIC, cf. dissertação de mestrado de Rita Jaqueline Nogueira Chiapetti, *Evolução da ocupação urbana da Cidade Industrial de Curitiba – CIC*, UFSC, 1994, disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/111968/97467.pdf?sequence=1>.

⁴ O PPU foi elaborado pela empresa Serete, vinculada ao escritório do urbanista Jorge Wilhelm, de São Paulo, e apoiado pelo IPPUC e seu presidente, o engenheiro-arquiteto Jaime Lerner.

⁵ *Gazeta do Povo*, 06/07/2013 disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/um-em-cada-dez-curitibanos-vive-em-ocupacoes-irregulares-bozrq7ka0qj226j4g9jtsy632#ancora> e *Gazeta do Povo*, 28/09/2016, disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/proxima-gestao-tera-o-desafio-de-regularizar-areas-de-54-mil-familias-em-curitiba-1fq8duurnkeyxsnvza0mw4t0>.

⁶ *Gazeta do Povo*, 02/12/2015, disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/crise-provocou-seis-demissoes-em-massa-na-industria-do-parana-veja-lista-7vemy7abwj41021a7fghnfmrm>.

⁷ Dados do IBGE, veiculados pela *Gazeta do Povo*, 10/09/2015, disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/curitiba-tem-o-maior-ipca-do-pais-nos-ultimos-12-meses-321wvatir6jwit88kw2msf17a> e pelo site *Executivos financeiros*, 08/10/2015, <http://www.executivosfinanceiros.com.br/gilberto-menezes-cortes/1724-o-programa-minha-casa-minha-inflacaohtml>.

⁸ *Gazeta do Povo*, 09/01/2017, disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/esportes/futebol/atletico-pr/prefeitura-oficializa-decreto-que-quita-dividas-do-atletico-com-a-fomento-parana-53j4q0s6d4yqnfiexy4fq3vi3>.

⁹ *Gazeta do Povo*, 17/01/2017, disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/esportes/futebol/atletico-pr/tce-pr-suspende-decretos-que-extinguiriam-divida-do-atletico-da-arena-da-baixada-6unft79k0w3zr0p3wkq3h8fxv>.